

JURACY MAGALHÃES E O FISILOGISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA

Roberta Lisana Rocha Santos¹

RESUMO

Este texto se propõe a analisar a relação fisiológica estabelecida entre Juracy Magalhães e seus eleitores, entre o final do ano de 1954 e durante 1955, enquanto o mesmo exercia o cargo de Senador. A pesquisa se fundamentou em uma série de correspondências recebidas e a análise da documentação permitiu vislumbrar a persistência do fenômeno clientelista na política brasileira.

PALAVRAS-CHAVE Clientelismo, Juracy Magalhães, Poder.

INTRODUÇÃO

O sistema de clientela e patronato brasileiro tem suas origens no período colonial provenientes de uma dominação política tradicional de grupos ligados ao setor agrário. É possível perceber esses mecanismos nas relações estabelecidas entre os grandes senhores de engenho e seus colonos livres.

Durante o Império essas relações impossibilitaram a existência de uma administração racional. Após 1822, quando houve um rompimento entre a Colônia e Portugal, isso se intensificou com o fortalecimento da oligarquia agrária e dos comerciantes ligados à economia importadora e exportadora. Tendo seus interesses voltados para a manutenção das estruturas tradicionais e a busca contínua de um referencial de nação, a formação do Império se deu sob bases essencialmente conservadoras e antidemocráticas. Com efeito, a presença de D. Pedro I na América Portuguesa possibilitou aos grupos dominantes buscar a independência de Portugal, sem recorrer ao auxílio das classes subalternas.

O advento da República, também, não provocou nenhuma transformação ao sistema existente até então, pois, os valores coronelistas e oligárquicos permaneceram

¹ Graduanda em História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/AF/CNPq e membro do Grupo de Pesquisa: Política e Sociedade no Brasil Imperial e Republicano (GEPS). Email: roberta.lisana@hotmail.com. Orientador: Prof. Dr. José Alves Dias/ UESB

inalterados. Na prática, as únicas mudanças significativas foram o direito de voto para analfabetos e a elegibilidade de sacerdotes.

Segundo Afonso Arinos de Melo Franco (1974), somente com a Revolução de 1930 – aliança de tenentes reformistas, grupos populistas liderados pela coligação democrática de São Paulo e alguns conservadores – a política brasileira assumiu um caráter diferenciado. Os municípios, antes governados por pequenos grupos rurais com interesses comuns, foram transformados em partidos locais liderados por famílias ou grupos oligárquicos.

O sistema político-institucional adotado após a Revolução de 1930 constituía-se de interventorias e departamentos administrativos que se interligavam ao mesmo tempo com os grupos dominantes locais, os ministérios e a Presidência da República. Esse sistema pouco ou nada interferiu nos pilares econômicos que sustentavam o poder político dos estados, nem era esse o objetivo, mas, possibilitou o enfraquecimento dos grupos oligárquicos, uma vez que, o interventor embora ligado à elite estadual, não devia a esta a sua permanência no controle do estado, e sim ao Poder Executivo Federal. (SOUZA, 1983, p.88)

Para assumir a liderança do governo baiano, após a Revolução de 1930, foi indicado, pelo próprio Getúlio Vargas, o tenente Juracy Magalhães. Mas, impossibilitado de governar com os pressupostos da revolta liberal, ao tomar posse da liderança política na Bahia, o novo líder buscou inicialmente apoio dos chefes carismáticos do interior do Estado. Daí por diante, tentou estabelecer uma administração ao mesmo tempo severa e consensual, tomando como medida o engavetamento de processos correntes e procurando dar continuidade ao projeto de reorganização municipal iniciado por Arthur Neiva.

Segundo o professor Eul-Soo Pang, o novo dirigente baiano buscou estabelecer uma proximidade calculada com os principais grupos econômicos do Estado e manter sua força no regime de Vargas, para, com isso, obter favores federais tornando-o popular entre os coronéis. (1979, p. 225)

Em fins de 1954, depois de um breve afastamento da política, após a implantação do Estado Novo, Juracy Magalhães foi eleito Senador pela Bahia, apoiado pela UDN, PTB e PSD e recebendo um total de 363.226 votos. Durante sua atuação no Senado Federal, o mesmo recebeu diversas correspondências de amigos, associações e correligionários. Através dessa documentação foi possível perceber a continuidade do

fisiologismo, ainda que ele esteja relacionado diretamente ao período da República Velha.

O FENOMENO CLIENTELISTA

O clientelismo tem sido um fenômeno permanente na política brasileira e vem sendo apresentado pela historiografia como um elemento distintivo dos variados períodos da história do país. Pode ser considerado, ainda, como um traço essencial da própria cultura política um determinado contexto histórico. Segundo Gohn:

[...] “a experiência histórica de vivência dos indivíduos, num dado território, submetido a determinado regime político” é um “dado relevante” na consideração das variáveis que colaboram na composição do conteúdo da cultura política de um povo. Trata-se de considerar “a cultura política como espaço de fusão entre a tradição e a inovação”. Não se trata de ver o fenômeno da cultura política “como legado histórico, mas como prática viva e atuante. A interação permanente entre valores antigos [...] e valores novos [...] faz com que a cultura política seja resultado de um processo que a constrói cotidianamente, por meio de um jogo de reciprocidade”. (APUD LENARDÃO, 2004, p. 03)

Maria de Lourdes Mônaco Jannoti, ao estabelecer uma comparação entre a política coronelista da República Velha e a nova conjuntura dos centros urbanos, no período democrático após o Estado Novo, demonstra uma relação paralela entre a figura do coronel e a dos novos atores políticos, uma vez que ambos utilizam o empreguismo, o favoritismo e a barganha eleitoral na conquista do eleitorado. (1992, p. 82)

Ao longo dos períodos históricos o fenômeno clientelista assumiu várias roupagens, mas, ao tratarmos das práticas políticas como um todo é possível perceber certa imutabilidade. José Murilo de Carvalho (2000), em seu artigo, Rui Barbosa e a Razão Clientelista, analisa uma série de cartas, cartões, ofícios e telegramas enviados por diversas personalidades ao Ministro Rui Barbosa solicitando favores e nos mostra a extensão do fenômeno clientelista na passagem do Império para a República. Segundo Carvalho:

[...] Na época de Rui Barbosa, fim do Império início da República, a distribuição de favores tinha o nome de patronato e filhotismo. O meio pelo qual se exercia o patronato era o empenho, ou seja, o pistolão, o pedido, a recomendação, a intermediação, a proteção, o apadrinhamento, a apresentação. A prática era tão condenada quanto arraigada. (2000, p. 01)

Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história. Ele representa uma relação entre os atores políticos que abarcam a concessão na forma de empregos, benefícios públicos e isenções fiscais em troca de apoio político, especialmente, em forma de voto. As relações clientelísticas, no caso em estudo, dispensam a presença do coronel, pois se dá entre setores do governo e seus aliados e a população pobre. Sobre isso, declara o autor referido:

[...] Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística. (CARVALHO, 1997, p. 02)

Para aqueles que faziam pedidos a Rui Barbosa, bem como, os que faziam a Juracy Magalhães, as razões que justificavam a petição eram as mais diversas: amizade, família e necessidade pessoal. A isso vinham associadas duas convicções básicas: a certeza da obrigação moral que cada um tem de proteger a família e os amigos e a convicção que era legítimo usar recursos públicos para fins particulares.

No caso de Juracy pode-se acrescentar ainda, a certeza que era possível usar a influência pessoal para resolver questões de natureza pública. O próprio Juracy Magalhães, ao ser questionado sobre a sua visão acerca da figura do coronel, afirmou isso em depoimento:

[...] Na realidade, ele não é mais do que um homem que se impôs no seu próprio meio como um líder natural: é capaz de ajudar a educar os filhos dos amigos; é capaz de pleitear a construção de uma escola para seu município; é capaz de estabelecer e manter um ambiente de ordem, paz e respeito recíproco na sociedade em que vive; é um homem que faz sacrifícios econômicos e age além de suas possibilidades financeiras. (ABREU, 1972, 82)

Diante disso, fica claro que à medida que essas práticas foram se consolidando tornaram-se um atributo da própria organização política brasileira. Podemos considerar o clientelismo como um mecanismo de controle político, baseado em barganhas e trocas de favores entre indivíduos que se encontram em situação desigual. Foi dessa maneira que essa experiência ajudou a compor as várias formas de domínio que a vida política brasileira conheceu: o mandonismo, o patrimonialismo, o coronelismo e até o populismo. (LENARDÃO, 2004, p. 02)

AS CORRESPONDÊNCIAS E OS PEDIDOS

Para fins desse estudo foram analisadas 79 correspondências, entre cartas e telegramas, enviados ao senador Juracy Magalhães, entre os anos de 1954 e 1955, logo após sua vitória nas eleições e antes mesmo de ser investido no cargo. Todo esse material encontra-se disponível no arquivo pessoal desse político, depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Aqui, elas serão caracterizadas por categorias ou analisadas individualmente a depender do destaque e da importância para estabelecer uma conexão entre o sujeito e sua clientela. Em geral, tratam-se de petições individuais e coletivas, para si ou para outrem, agradecimentos de favores anteriores e convites para formaturas ou inaugurações de obras públicas. Além disso, detectamos algumas correspondências que tinham como objetivo recordar pedidos que foram feitos no passado.

Os pedintes, em sua maioria, eram correligionários, amigos, empresários, agricultores e associações. Nesse último caso, é preciso ressaltar que em nenhum momento nos deparamos com uma carta ou telegrama enviado individualmente por um trabalhador, normalmente, as solicitações das associações envolviam um conjunto de pessoas.

Na primeira categoria encontram-se as relações no âmbito político-partidário e expressão o clientelismo orgânico. Um documento que chamou bastante atenção foi uma carta escrita por membros da bancada udenista que solicitava a Juracy Magalhães meios para impedir o projeto do governador baiano, Regis Pacheco, que propunha a criação da Fundação de Assistência a Menores. Segundo os reclamantes, tratava-se de uma manobra do governador que convicto de sua derrota nas próximas eleições, tomava tal medida no intuito de acarretar uma série de dificuldades administrativas para o sucessor.¹

Em categoria similar estão algumas missivistas de correligionários que eram solidários com o senador, vide, por exemplo, a carta de Crescêncio Lacerda, tendo em anexo um telegrama, passado por ele a Nelson Carneiro, demonstrado a sua indignação contra algumas declarações feitas por este último sobre o senador que, segundo ele, tratava-se de um insulto contra Juracy Magalhães.² Segundo outro emissor, Manoel Evangelista Brito, tratava-se de uma ação desesperada em vista da derrota Nelson Carneiro nas eleições.³ Podemos considerar, também, as cartas de Josaphat Borges e

Durval Gama como solidárias, em protesto contras as mesmas acusações. ⁴

O mesmo Manoel Evangelista de Brito agradece, em outra oportunidade, o empenho na criação da Associação de Amigos de Juracy Magalhães (AAJM), entidade política com a finalidade de reunir os amigos e simpatizantes do senador e fortalecer sua campanha de volta ao governo baiano. Nessa correspondência fica bastante clara a tentativa do emissor em estabelecer uma reaproximação com o antigo líder baiano e que agora ocupa uma cadeira no Senado Federal.⁵

Diante de tantos interesses econômicos privados que se sustentam na relação fisiológica com o poder público, merece destaque, em outra categoria, o teor de uma missiva escrita pelos membros da Federação das Associações de Comércio e Indústrias do Ceará, solicitando apoio do ex-interventor de Vargas para o projeto de instalação de uma refinaria de petróleo em Fortaleza.⁶

Nesta mesma categoria se enquadra uma carta enviada pelo Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado de São Paulo, em protesto contra um projeto que estava em andamento no Senado Federal propondo à indústria têxtil a mistura de fios da seda natural com outras de seda rayon, artificiais e sintéticos. Para o sindicato em questão, essa medida poderia acarretar uma serie de problemas para a indústria de tecelagem. ⁷

Do mesmo modo, o Sindicato da Indústria do Vinho de Jundiaí, solicitou ao mesmo político que interferisse com algumas sugestões na Lei nº 373/53, da Câmara Federal, indicando algumas alterações propostas pelo sindicato. ⁸ Outro pedido de interferência foi feito pela Associação Comercial da Bahia, escrita pelo seu diretor, Arthur Fraga, solicitando a Juracy Magalhães que interferisse junto ao Dr. Regis Bittencourt, Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, pela pavimentação da estrada que liga Bahia (Salvador) ao município de Feira de Santana. ⁹

A oligarquia cafeeira manteve-se atenta ao fisiologismo político dos novos tempos. A carta do Dr. Raphael de Castro, que além de médico era também cafeeicultor, mostrava que o mesmo tinha pretensões de investir pesado na produção cafeeira, dobrando a sua produção para um milhão de pés de café. Em sua carta, ele cumprimenta Juracy Magalhães pelo discurso proferido no Senado, no qual, aponta rumos para a política econômica do café, que tem sido tradicionalmente nociva ao país. ¹⁰

Merece destaque, também, a carta do empresário Charles L. Foley falando ao senador acerca dos seus interesses em exportar café do Brasil para o Canadá. ¹¹ Mais

interessante, ainda, é a carta do próprio Juracy em resposta a este empresário afirmando que a exportação de café é um assunto que deve ser tratado estritamente com os órgãos apropriados.¹²

Por fim, dentre as correspondências de órgãos e associações, destacamos um telegrama enviado por responsáveis pela construção da Estrada de Ferro Nazaré solicitando interferência junto ao Diretor Geral da Fazenda, para autorizar o pagamento do subsídio federal de trinta milhões de cruzeiros, no intuito de dar continuidade à obra, visto que, não dispunham de mais recursos, nem mesmo para pagar os trabalhadores, que ainda não haviam recebido o salário.¹³

Além destas, é interessante notar a participação de grupos de trabalhadores nesse processo. Uma carta da Associação de Ferroviários Aposentados do Leste Brasileiro solicitava ao senador uma saída para a situação gravíssima em que se encontrava toda a “classe” de ferroviários aposentados e pensionistas do leste brasileiro, desde agosto de 1952. Segundo os suplicantes, o pagamento dos aposentados e pensionistas efetuado pela Delegacia Fiscal havia sido suspenso entre os meses de julho e dezembro de 1952. No ano seguinte, os ferroviários inativos ficaram sem remuneração nos últimos dez meses e mesmo após a regularização em 1954, a instituição responsável pelo pagamento se recusava ressarcir os salários não quitados dos anos anteriores. Diante da situação pleiteavam uma valiosa interferência na Diretoria da Dispensa Pública para desembaraçar tal situação.¹⁴ José Climaco Goes, também escreveu uma carta a Juracy solicitando a este que interceda pelos ferroviários.¹⁵

A mesma forma de atendimento a uma clientela está exposta em um telegrama de Aladio Duarte solicitando intercessão, junto aos amigos na Câmara Federal, para a aprovação de uma emenda que fizesse justiça aos funcionários de delegacias fiscais que se encontravam em situação de desigualdade diante dos colegas de igual categoria em outras repartições fazendárias, que há muito usufruíam de vantagens e porcentagens sobre arrecadação.¹⁶

Havia, também, correspondências bem genéricas como uma oriunda da diretoria da Escola de Eletromecânica da Bahia, dando algumas informações sobre a instituição, tais como, data de fundação, endereço e as atividades desenvolvidas pela mesma.¹⁷ Outras, todavia, eram mais específicas como o telegrama de Álvaro Medrado solicitando um auxílio de 300 contos para a Escola de Engenharia e Eletro Mecânica.¹⁸

Dentre as cartas, uma se sobressai, ainda que não seja um pedido direto, por

demonstrar a importância da proximidade com o senador. Abaixo, a descrição do seu conteúdo, na íntegra, conforme relato seu emissor:

[...] o primeiro motivo que me faz escrever esta carta é a formatura de Paulo que ocorrerá na primeira quinzena de fevereiro, sei que a distância tornará difícil a sua presença, mas, mesmo assim, convido-o. Depois da formatura vou pedir o rapaz para lhe visitar, expor suas esperanças e pedir-lhes conselhos, e também ajuda na vida que vai encetar inexperiente, cheio de ilusões e desamparado. A segunda razão é que parece que “tirei o pé da lama”. Há muitos anos quando você renunciou o governo do Estado, emergi num profundo desprestígio político, mas, agora, porém, vejo-me cercado de considerações, homenagens e cumprimentos dos meus companheiros de repartição. Há meu caro coronel, que coisa adorável é o prestígio! E veja bem que tudo isso é por causa do seu prestígio, só o reflexo sobre o seu pobre amigo.¹⁹

Numa categoria diferente, em que o clientelismo se apresenta como uma via de mão dupla, o emissor oferece favores antes de fazer qualquer tipo de solicitação. Em sua carta, Batista Vieira, ao comunicar ao membro do senado a sua nomeação para o cargo de Presidente da Bolsa de Mercadorias da Bahia, feita pelo governo do Estado, informa que a instituição está aberta a atender qualquer solicitação daquele, bem como, sujeito à sua colaboração.²⁰

Há ainda, um caráter informativo em determinadas mensagens, como a de José Leonardo comunicando a Juracy Magalhães que o PTB baiano estava inclinado a aceitar as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Curiosamente, essa informação foi extraída de uma conversa ouvida no interior de um ônibus.²¹

Por vezes, as questões pessoais se misturavam aos negócios públicos e, por sua vez, engrossavam a torrente clientelista. Nessa categoria está a epístola de Regis Bittencourt, solicitando a Juracy Magalhães uma análise sobre a conduta do Engenheiro Dr. Geraldo de Alencar Nogueira que, segundo ele, tratava-se de um cearense vencedor por meio dos próprios esforços que, aliás, contribuíra para a construção de uma importante rodovia no território baiano, mas, vinha sendo vitimado pela inveja de despeitados, que não o poupavam. No Ceará, estava sendo injustamente perseguido pela família Távora, portanto, ele solicita ao senador que com seu espírito justiceiro observasse a conduta deste engenheiro.²²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o comportamento político de Juracy Magalhães foi possível perceber uma correlação com a afirmação de Nicolau Maquiavel, segundo a qual, aquele que chega ao poder, por meio do favor do povo, deve preservar a amizade para com estes e poderá contar com os mesmos nos momentos de adversidade. (2010, p. 57)

Evidentemente, o príncipe maquiavélico tem pouco a ver com as oligarquias brasileiras, entretanto, caracteriza bem as linhas gerais que tocam o poder em qualquer tempo histórico e a pesquisa documental permitiu uma análise da ação política dos indivíduos na condução do Estado.

Em virtude disso, a análise dessas correspondências nos possibilitou comprovar a persistência do fenômeno clientelista, mesmo num período distante do predomínio coronelista. Ficou claro, ao contrário, que em meados dos anos 1950 houve uma persistência de práticas análogas as existentes em períodos anteriores, designadas como coronelismo, filhotismo, patronagem etc.

Entre outras questões, cabe ressaltar a existência de um compromisso moral entre o senador, que ocupa uma posição privilegiada na sociedade e, portanto, precisa retribuir o apoio dos amigos que se encontram em situação desfavorável. Em outros momentos perceber-se a tentativa de aproximação de pessoas distantes, mas que viam na amizade com um senador da República, uma possibilidade de ascensão política, econômica e social.

Por outro lado, ficou bastante perceptível, por meio das correspondências, que as relações clientelísticas se mantêm ao longo dos anos, embora, se adéqüem de acordo com a própria conformação social.

REFERÊNCIAS

1. ABREU, Alzira Alves de et.all. (Coord.). *Juracy Magalhães: minhas memórias provisórias – depoimento prestado ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
2. CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, vol. 40, nº 2, Rio de Janeiro, 1997.
3. _____. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados*, vol. 43, nº 1, Rio de Janeiro, 2000.
4. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. 2ª. Ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
5. JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 8.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. Coleção Tudo é História, Vol. 13
6. LENARDÃO, Elcio. Gênese do clientelismo na organização política brasileira. *Revista Lutas Sociais*, vol. 11/12, 1º semestre, São Paulo, 2004.

7. MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
8. PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889 – 1943) a Bahia na primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
9. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil. (1930 - 1964)*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

FONTES

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO – CPDOC
Arquivo Juracy Magalhães - Correspondências

-
- ¹ Telegrama. Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM00000/2987, s/d, p. 03
 - ² Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954. s/d, p. 10.
 - ³ Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954 s/d, p. 01 e 02.
 - ⁴ Telegrama: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, s/d, p. 10.
 - ⁵ Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954 s/d, p 01- 02.
 - ⁶ Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 28/02/1955, p. 27-28.
 - ⁷ Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 07/03/1955, p. 35-36.
 - ⁸ Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 22/03/1955, p. 41-42.
 - ⁹ Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 17/11/1958, p. 45-46.
 - ¹⁰ Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 12/02/1955, s/p.
 - ¹¹ Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 13/02/1955, p. 21.
 - ¹² Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 25/02/1955, p. 21.
 - ¹³ Telegrama: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 24/11/1958, p 47.
 - ¹⁴ Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 18/03/1955, p. 40-42.
 - ¹⁵ Telegrama: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 07/01/1955, s/p
 - ¹⁶ Telegrama: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 12/11/1954, p. 02.
 - ¹⁷ Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, s/d, p. 02.
 - ¹⁸ Telegrama: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, s/d, p. 03.
 - ¹⁹ Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 23/01/1954, p. 07.
 - ²⁰ Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 14/02/1955, s/p.
 - ²¹ Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 04/03/1955, p. 16.
 - ²² Carta: Arquivo Juracy Magalhães/CPDOC/FGV. Série JM 54.08.1954, 20/11/1958, p. 46-47.